

Novos Agentes no Movimento Ecológico na Agricultura Brasileira  
*New Actors in the Ecological Agriculture Movement*  
*Nuevos Agentes del Movimiento Ecológico en la Agricultura  
Brasileña*

---

Kauê Pessoa\* e Alfio Brandenburg\*

---

RESUMO

O artigo busca discutir a formação do subcampo ecológico na agricultura brasileira. A análise indica que este subcampo ecológico surgiu como forma de confrontar a hegemonia do modelo agrícola e alimentar global, construído ao longo do tempo com desenvolvimento científico e tecnológico, através dos pacotes tecnológicos, e que está orientado pelos interesses políticos e econômicos de determinados agentes, o que fomenta uma agricultura socialmente excludente e ambientalmente insustentável, conduzindo à insegurança alimentar. Retoma-se, aqui, o conceito de campo da teoria sociológica contemporânea para analisar os confrontos estabelecidos entre os agentes políticos que representam o modelo ecológico e, por outro lado, o modelo agroindustrial. Procura-se destacar o direcionamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) para o subcampo ecológico, entendendo que este movimento representa um importante agente político. Conclui-se que a agricultura ecológica é uma estratégia de fomento à segurança e soberania alimentar.

Palavras-chave: Agricultura alternativa. Movimento agroecológico. Racionalidade ambiental.

ABSTRACT

The main purpose of this paper is to show how the ecological subfield took shape in the Brazilian agriculture and how it represents a way of confronting a hegemonic agricultural and food order that expanded through scientific and technological development following the political and economic interests of certain actors. A socially non inclusive and environmentally unsustainable agriculture was so forged. The concept of "field" within the contemporary sociological theory is used in this analysis as a confrontation between political actors on behalf of the ecological and agroindustrial models, respectively. We also highlight how the landless agricultural workers movement (Movimento dos trabalhadores Sem-Terra, MST) has been attracted to the ecological subfield, given that the organization is a political actor. Finally, we stress that ecological agriculture has been an important strategy to fostering food sovereignty and security.

Keywords: Alternative agriculture. Agroecological movement. Environmental rationality..

---

\* Doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: kaue.zero@gmail.com

\*\* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil. Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: alfiob@hotmail.com.br

Artigo recebido em ago./2017 e aceito para publicação em out./2017.

## RESUMEN

*El artículo tiene el objetivo de comprender la formación del subcampo ecológico en la agricultura brasileña. El análisis apunta que ese subcampo surge como una manera de enfrentar la hegemonía del modelo agrícola y alimentario instituido globalmente y construido a lo largo del tiempo con el desarrollo científico y tecnológico, a través de los paquetes tecnológicos, que están orientados por los intereses políticos y económicos de algunos agentes. Ello fomenta una agricultura socialmente excluyente y ambientalmente insustentable, contribuyendo a la inseguridad alimentaria. Con eso, el artículo retoma el concepto de campo de la teoría sociológica contemporánea para analizar las confrontaciones establecidas entre los agentes políticos que representan el modelo ecológico, de un lado, y el modelo agroindustrial, de otro. Buscamos destacar el direccionamiento del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) para el subcampo ecológico, entendiendo que ese movimiento se convierte en un importante agente político. Se concluye que la agricultura ecológica es una estrategia de fomento a la seguridad y soberanía alimentaria.*

*Palabras clave: Agricultura alternativa. Movimiento agroecológico. Racionalidad ambiental.*

## INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo tanto técnicas como instrumentos agrícolas foram aprimorados devido ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, somando-se a isto interesses econômicos e políticos, processo que fundamenta o atual sistema agroalimentar dominante em torno de pacotes tecnológicos. Nesse cenário global, práticas e instrumentos tradicionais foram e continuam sendo substituídos por outros ainda mais produtivos, os quais demandam, contudo, mais recursos, tanto naturais como técnicos e financeiros, remodelando a estrutura da agricultura e o campo agrícola. Bourdieu (2004) indica que o conceito de campo equivale a um mundo social com relativa autonomia, sendo integrado por agentes que lutam pelo monopólio do campo.

Na agricultura brasileira, o sistema agroalimentar foi adotado nos anos de 1960 e 1970, seguindo uma tendência global, em um processo que contou com o amplo incentivo governamental, acima de tudo, através da disponibilidade dos créditos subsidiados, dando início a uma agricultura socialmente excludente e ambientalmente insustentável, de forma que favoreceu a insegurança alimentar tanto na área rural como na cidade. Um processo que coloca o agronegócio em pleno confronto com o campesinato, segundo indicam Rosset e Martinez-Torres (2016), que acentuam ainda que o cultivo de alimentos do campesinato está estruturado em recursos locais, configurando um elemento importante para a soberania alimentar, tendo, no outro extremo, o agronegócio, o qual promove um cultivo corporativo e industrial em nível global. Com o tempo, ao aumentarem os corolários desse modelo agroalimentar, foram surgindo alternativas, como estratégia para contorná-los, a exemplo do movimento ecológico, visando defender e reconstruir o território rural (ROSSET e MARTINEZ-TORRES, 2016).

Embora as práticas e fundamentos da agricultura alternativa antecedam o sistema agroalimentar dominante, a formação do movimento estruturado se dá em um momento recente, como processo de resistência àquele sistema de domínio técnico-industrial, como contramovimento. Num primeiro momento, o contramovimento é incentivado por grupos pequenos de camponeses com o apoio da Igreja, e somente num segundo momento é que foram integrados movimentos rurais e ONGs. Assim, foram desenvolvidos elementos e recursos políticos de crítica ao sistema agroalimentar dominante e de assessoria técnica que estimulam práticas tradicionais e sustentáveis, construindo o caminho que condiciona a permanência dos camponeses no campo, como também sua sobrevivência no sentido de vínculos socioambientais através de um conhecimento ressignificado tanto da natureza como da sociedade (BRANDENBURG, 2002; 2011).

Com o tempo, o movimento construído em torno de uma agricultura alternativa foi incorporando outros agentes políticos e sociais, permitindo integrar a via agroecológica ao movimento ecológico na agricultura, promovendo o campo político e revelando ainda mais os corolários do modelo dominante, incluindo a perda da biodiversidade até a insegurança alimentar. De outro lado, a trajetória do

movimento ecológico na agricultura é marcada por três momentos. O primeiro é o do seu surgimento, durante os anos de 1970, como agricultura alternativa. O segundo é considerado o momento em que aparecem novos agentes políticos e sociais, que incorporam a agroecologia como parte do projeto de vida. O terceiro momento refere-se à institucionalização da agricultura ecológica, quando certos elementos iniciais foram perdidos (BRANDENBURG, 2002).

Com base na ideia de campo da teoria sociológica, o presente estudo busca analisar a formação do subcampo ecológico na agricultura nacional ao longo do tempo, e como os agentes desse subcampo atuam no sentido de construir uma agricultura ecológica, sendo este um processo de disputa dentro do campo agrícola contra o modelo dominante. Consideramos o direcionamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) para a arena de confronto do campo agrícola, examinando sua importância como agente político daquele subcampo. Ao final, analisa-se como a agricultura ecológica se tornou um recurso para promover a segurança e soberania alimentar.

## 1 A FORMAÇÃO DO SUBCAMPO ECOLÓGICO

Segundo Bourdieu (1984; 2004), o campo equivale a um microcosmo de relativa autonomia, integrado por agentes com diferentes tipos de capital que procuram defender seus interesses. Trata-se de uma arena de confronto entre agentes que buscam permanentemente transformar ou conservar seu domínio. O campo agrícola é um retrato desse processo, no qual agentes ecológicos e aqueles que refletem um programa de agricultura dominante travam um confronto em torno de um modelo de agricultura. Ao analisar o pensamento bourdiano, Thiry-Cherques (2006) sublinha que as disputas construídas no plano simbólico aplicam-se através dos valores e capitais dos agentes integrados a um determinado campo. Para Bourdieu (2004), existe um elemento fundamental que permite diferenciar os agentes dentro de um campo, levando em conta seus capitais. Nesse sentido, entre os agentes ecológicos há um capital incorporado por meio da lógica ambiental e camponesa, e que procura construir um projeto de vida. Podemos compreender que esses agentes formam o *subcampo ecológico* como modo de direcionar a luta no interior do campo agrícola, integrado por agentes com as mesmas lógicas. Em síntese, é possível analisar o campo como um microcosmo estruturado no qual diferentes agentes ocupam seus lugares de acordo com os recursos simbólicos e materiais, volume de capital, processo que fomenta os confrontos dentro do campo, através das relações de forças (BOURDIEU, 1989; 2004).

O manejo agrícola efetuado por meio de práticas e técnicas consideradas ecológicas, que reconhece e também conserva os recursos ambientais, como as estruturas culturais e sociais, sempre esteve presente em muitos locais ao redor do mundo. Brandenburg (2002) evidencia, assim, que no território brasileiro já era realizado o manejo agrícola ecológico, por indígenas e depois por alguns camponeses, antes mesmo dos debates ou das práticas e técnicas ambientalistas contemporâneas surgirem.

Todavia, o movimento ecológico foi estruturado na agricultura brasileira somente no final da década de 1970 e início dos 1980, seguindo o debate internacional. Em alguns países, a discussão sobre o tema ambiental e da agricultura ecológica teve início nos anos de 1960, o que incentiva a emergência de agentes políticos articulados em torno do subcampo ecológico e que procuram, no interior do campo agrícola, enfrentar o modelo dominante, construído de modo socialmente excludente e ambientalmente insustentável. Brandenburg (2002) pontua que o movimento ecológico representa um contramovimento.

O debate brasileiro sobre agricultura ecológica teve início com intelectuais e engenheiros agrônomos, os quais, num primeiro momento, denunciavam o corolário do sistema agroalimentar para a agricultura nacional e o meio ambiente. Com o tempo é formada uma margem para construir um modelo alternativo e sustentável. Cabe acentuar o trabalho pioneiro de José Lutzenberger e Ana Maria Primavesi, como agentes políticos formadores de um pensamento crítico da agricultura convencional<sup>1</sup> no Brasil (LUZZI, 2007).

Esse é um elemento que fomenta o embate no interior do campo agrícola no Brasil e que permite construir um subcampo ecológico brasileiro, o qual coloca em jogo o monopólio e a estrutura daquele campo pelo confronto entre dois modelos (BOURDIEU, 1989; 2004). Desse modo, é construído, de um lado, um subcampo formado por ecologistas, que daria origem a um novo modelo agrícola, socialmente incluyente e ambientalmente sustentável, e, de outro, a forma convencional de produção que é representada por agentes do modelo hegemônico, instituída pela agricultura técnica industrial ou pelo agronegócio.

A década de 1980 é um marco importante para o movimento ecológico brasileiro por estruturá-lo como um subcampo ecológico. Aqueles agentes políticos que formaram esse caminho criaram um grupo com o objetivo de debater e incentivar um modelo de agricultura alternativa, através de elementos teóricos e da prática ecológica. A partir disso, duas iniciativas foram pioneiras nesse sentido – a construção de um encontro de agricultura alternativa e o projeto de tecnologias alternativas. A primeira tomou forma em 1981, sendo denominada de Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA). A segunda iniciativa teve início em 1983, a saber, o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), que surge ligado à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).

O primeiro encontro do EBAA se deu em Curitiba em 1981, por conta do apoio da prefeitura, reunindo cerca de 400 pessoas, a grande maioria estudantes e profissionais das ciências agrônomicas. A estrutura do evento foi pensada por aqueles agentes pioneiros, tendo como núcleo do debate um viés mais técnico. O primeiro EBAA deu início ao debate ecológico nacional, contudo era preciso ampliá-lo e comprovar a viabilidade da agricultura ecológica (LUZZI, 2007). O segundo encontro foi em Petrópolis-RJ em 1984, e contou com 1.800 pessoas, com ampla diversidade de

<sup>1</sup> É preciso mencionar também a contribuição de Adilson Paschoal, Luiz Carlos Pinheiro Machado e Sebastião Pinheiro.

público, incluindo ambientalistas, agrônomos, camponeses e políticos. Houve, durante o encontro, a tentativa de estabelecer uma associação de agricultura alternativa, contudo este projeto foi derrotado na plenária do encontro por fatores políticos (LUZZI, 2007).

O terceiro encontro ocorreu em Cuiabá, três anos mais tarde, e contou com cerca de 3.000 pessoas, sendo incorporado um debate social e político e tendo o projeto de tecnologias alternativas como um importante agente articulador. Destaca-se, nesse evento, o aumento no número de camponeses vinculados a movimentos rurais e de outros agentes políticos, além daqueles pioneiros, permitindo formar grupos de debates. Também neste encontro discutiu-se sobre a qualidade de vida no campo, tendo como referência os efeitos do modelo dominante, permitindo aproximar os movimentos rurais engajados com agricultura ecológica do debate teórico, bem como efetuar uma crítica ao reducionismo da ciência. Três vertentes dentro dessa iniciativa ecológica foram observadas, sendo a primeira de caráter técnico, fomentada pelos *pioneiros* do movimento; a segunda de caráter político a partir dos *agentes políticos* da Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB); e uma terceira de caráter social, tendo a PTA/FASE como a promotora (LUZZI, 2007). O quarto encontro se deu em Porto Alegre, em 1989, reunindo em torno de 4.000 pessoas, momento em que se iniciam as disputas internas que enfraquecem o encontro, segundo Luzzi (2007), que destaca a importância desses eventos para confrontar o modelo dominante do campo agrícola e por integrar diferentes agentes políticos com o mesmo objetivo.

O PTA também toma forma durante esse período. Para Luzzi (2007), este surge como tentativa de conter o êxodo e estabelecer um recurso de permanência no campo. A iniciativa é de Jean Marc von der Weid e Miguel Pressburger com o objetivo de melhorar a renda e qualidade de vida de uma comunidade rural em Paraty-RJ, na qual os camponeses estavam vendendo suas terras para ir à capital do estado, como revela Weid (2013). Tendo como referência a literatura da agricultura alternativa elaborada na época por Ana Maria Primavesi e José Lutzenberger, foi desenvolvido o projeto que teve Jean Marc von der Weid como coordenador. O PTA tem seu início vinculado à FASE pelo apoio de entidades como a Pastoral da Terra (WEID, 2013).

Nesse período, os debates e experiências em torno da agricultura alternativa eram poucos, segundo Brandenburg (2002), e estavam relacionados a agricultores que possuíam capacidade de investimento ou a profissionais qualificados. A primeira etapa do PTA foi o mapeamento de agentes sociais e daquelas experiências de agricultura ecológica. Na segunda etapa foram identificadas as experiências camponesas e tradicionais efetuadas mediante contato com movimentos rurais (LUZZI, 2007). Isto permitiu, no ano de 1983, promover um seminário visando debater o projeto de tecnologias alternativas, que contou com a participação de técnicos desse projeto e dos movimentos rurais. A iniciativa de Jean Marc von der Weid e Miguel Pressburger foi fundamental para o fortalecimento do debate e da agricultura ecológica, constituindo mais um recurso de enfrentamento do campo agrícola (LUZZI, 2007). Após o seminário de Campinas foram formados centros de tecnologias alternativas e uma

rede de intercâmbio de experiências ecológicas de suma importância, um elemento de incentivo para a permanência do camponês no campo, além de enfraquecer a dependência do modelo dominante, sendo feito, assim, um trabalho em conjunto entre os movimentos rurais e o PTA (LUZZI, 2007). Ainda de acordo com Luzzi (2007), em 1988 foi promovido um encontro com o intuito de reestruturar o PTA, que acaba por desvinculá-lo da FASE e estabelece um modelo de rede, tendo sido criada a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) para dar suporte técnico à rede. A AS-PTA delimitou duas grandes finalidades: a primeira ligada ao objetivo inicial de incentivo à permanência no campo com qualidade; a segunda finalidade era construir o modelo de desenvolvimento sustentável para o campo por meio da agricultura ecológica. O EBAA e PTA/FASE e, depois, a Rede PTA, têm importância pelo pioneirismo no fortalecimento da luta da agricultura ecológica no campo agrícola.

O subcampo ecológico incorpora, ao longo do tempo, novos agentes que fomentam debates e recursos em torno da agricultura ecológica. Nos anos de 1990, num segundo momento do movimento ecológico (BRANDENBURG, 2002), os sindicatos rurais também deram início ao direcionamento ao subcampo ecológico. No primeiro momento, tomaram esse caminho devido ao impacto social e econômico decorrente do modelo dominante, como uma forma de construir uma alternativa. Por outro lado, também havia o confronto político entre os sindicatos, incentivando o surgimento de um modelo de sindicalismo mais vinculado ao subcampo ecológico. O Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR-CUT) é uma amostra que, em 1993, durante seu congresso nacional, dá início a um caminho alternativo para a agricultura. Posteriormente, outros sindicatos nacionais e estaduais, como movimentos rurais, tomam o direcionamento ecológico (PICOLOTTO; BRANDENBURG, 2015).

O subcampo ecológico gradativamente incorpora, assim, outros agentes políticos, e amplia seu enfrentamento dentro do campo agrícola. Do mesmo modo, foram estimulados, durante o período, seminários, encontros e articulações com a temática ecológica, a exemplo do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

## 2 O MST COMO AGENTE POLÍTICO DO SUBCAMPO ECOLÓGICO

O direcionamento de ONGs e movimentos rurais nos anos de 1990 e 2000 para o subcampo ecológico, promovendo outra prática agrícola, está ligado ao domínio como o corolário do modelo hegemônico, socialmente excludente e ambientalmente insustentável. Ao integrar esse subcampo, os movimentos se tornaram agentes políticos e participam do confronto do campo agrícola, como o movimento sem-terra.

O MST surge como movimento social rural de luta pela reforma agrária, na década de 1980, como recurso de resistência do campesinato brasileiro (FERNANDES, 2000). Os ideais do movimento estavam direcionados, nesse primeiro momento, para um

acesso aos meios produtivos dominantes, a agricultura ecológica era pouco presente e figurava como uma crítica ao agronegócio e como um instrumento de amparo para a reforma agrária. As primeiras iniciativas que incentivaram um direcionamento para uma agricultura ecológica partiram dos Centros de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP). O movimento ainda estava longe de uma via ecológica e concentrava sua luta na reforma agrária (CORRÊA, 2012).

Com o cenário neoliberal dos anos de 1990, o movimento rural brasileiro como um todo precisou reestruturar demandas políticas de enfrentamento ao monopólio do campo agrícola. Através dessa conjuntura o MST inicia o debate interno direcionado à agricultura ecológica, o qual ganha relevância no decorrer dos anos. Em 1996 tiveram início tentativas como o cultivo sem agrotóxico e a venda de alimentos em feiras. Também nesse ano, o projeto de assistência técnica denominado Lumiar contribui para promover uma agricultura ecológica. O MST fomenta o debate ecológico dentro do movimento e orienta as famílias a garantir a segurança alimentar, surgindo, assim, entre 1996 e 2000, várias iniciativas de agricultura ecológica nos assentamentos<sup>2</sup> que criam consistência ao debate ecológico do movimento (CORRÊA, 2012).

Já ao final dos anos 1990, o MST nacional convocou um encontro buscando ampliar o debate em torno da agricultura ecológica pelo movimento, no mesmo período em que a Via Campesina Internacional articula o importante discurso acerca da relevância da biodiversidade e soberania alimentar. Porém, é em 2000, durante seu quarto congresso, que o movimento assume a bandeira ecológica, a qual o aproxima dos demais agentes políticos e sociais que integram o subcampo ecológico, como os recursos de debate, a exemplo do ENA, ANA, CBA, ABA, e permite construir estratégias. De 2001 em diante, o foco do movimento se centrava na forma como deveriam ser orientados os debates e iniciativas ecológicos pelo MST. Foi elaborado um programa ambiental com o objetivo de direcionar estratégias a serem adotadas pelos assentamentos, com práticas educativas e agrícolas, mediante três grandes iniciativas (CORRÊA, 2012):

1. Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAs);
2. Rede de Pesquisa em Agroecologia;
3. Programa de Formação do MST<sup>3</sup>.

No Paraná, a Jornada de Agroecologia representa outra iniciativa importante para o subcampo ecológico, bem como um instrumento de luta do movimento dos sem-terra, que passa a assumir o paradigma da agricultura ecológica, o que fortalece a agricultura camponesa e, conseqüentemente, o combate à fome. Tardin (2009) indica que sua origem nos anos de 2000 está associada ao cenário agrícola daquele

---

<sup>2</sup> Esse processo incentivou duas iniciativas: BioNatur e Copavi. A primeira, uma empresa de sementes ecológicas do MST no Rio Grande do Sul; a segunda, uma cooperativa ecológica no Paraná (CORRÊA, 2012).

<sup>3</sup> A Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) é um exemplo desse direcionamento, sendo criada a partir da parceria entre Via Campesina, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Governo do Paraná e Governo da Venezuela (CORRÊA, 2012).

momento, com o amplo envolvimento da Via Campesina e do MST. A Jornada de Agroecologia, bem como as outras iniciativas, emergem articuladas por agentes políticos, que fomentam uma lógica ambiental em detrimento do empoderamento do campesinato, como também pelo alcance da soberania alimentar. Em sua origem, seu objetivo estava em construir uma unidade estadual em torno da agricultura ecológica e da lógica camponesa, como forma de promover a segurança alimentar (TARDIN, 2009).

O primeiro encontro da Jornada de Agroecologia ocorreu em 2002, no município de Ponta Grossa, e contou com o apoio da prefeitura. A região é uma área que tem grande influência do agronegócio. Sendo assim, construir um movimento ecológico nesse local é simbólico. O encontro, mesmo sendo o primeiro, contou com grande estrutura, reunindo cerca de três mil pessoas entre camponeses e colaboradores. Naquele momento o encontro ainda era denominado de Jornada Paranaense de Agroecologia. A importância está na construção de mais um recurso político de enfrentamento ao monopólio que está estabelecido no campo agrícola, de forma que também permite reconhecer a agroecologia e campesinato (TARDIN, 2009) e reconstruir relações socioambientais (BRANDENBURG, 2002).

A Jornada de Agroecologia é ela mesma um instrumento de resistência e de luta no campo agrícola. Convém, desse modo, sublinhar os atos no centro de pesquisa de sementes GM da empresa Monsanto, em Ponta Grossa-PR, em 2003, e da empresa Syngenta, em Santa Tereza do Oeste-PR, em 2006. Realiza-se, desta forma, o confronto explícito entre agentes que representam posições contrárias no campo agrícola. No contexto da luta pela defesa dos interesses ligados à agricultura ecológica e da luta dos interesses do agronegócio o MST ocupa um papel relevante. Além da questão da luta pelo acesso à terra, a luta pela forma de uso e exploração dos recursos naturais inaugura uma nova modalidade de conflito. Como resultado desse embate, temos, de um lado, o paradigma da produção de alimentos ecológicos e, de outro, a produção de alimentos convencionais com uso de insumos industriais e agrotóxicos. Assim, podemos considerar que a Jornada é resultado de um processo que articula e constrói um movimento de luta através de agentes políticos, como o MST, por mais de uma década. Ao longo desse período foram criados e estabelecidos amplos e contínuos processos de troca de conhecimentos tradicionais e práticas ecológicas, o que permitiu reunir um conjunto de agentes em torno do projeto de vida e soberania alimentar.

### 3 A AGRICULTURA ECOLÓGICA COMO RECURSO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR

Embora grande parte dos assentamentos tenha práticas convencionais, Veras (2005) aponta que gradativamente muitos assentamentos incorporam práticas ecológicas como um elemento de luta política. Nesse sentido, foram identificados por Valadão (2012), no Paraná, 23 assentamentos em transição para o cultivo por meio da prática ecológica, num total de 660 famílias. Ainda segundo o autor, ao promover a bandeira de uma agricultura ecológica nos assentamentos o movimento sem-terra

condiciona a uma rede de troca de conhecimento entre assentados, a forma como os camponeses se tornam agentes políticos do subcampo ecológico. Apesar de a área agrícola cultivada através de práticas ecológicas e da quantidade de produtores ecológicos ainda ser pequena, é notável o crescimento que a agricultura ecológica tem apresentado recentemente. Corrêa (2012) afirma que muitos assentamentos tomam iniciativas no sentido de encontrar alternativas para o rompimento do domínio técnico-industrial.

Rosset e Martinez-Torres (2016) acentuam, nesse sentido, que no processo de luta da reforma agrária há tendência, ao longo do tempo, de promover a agricultura ecológica como modo de reconfigurar o argumento de luta e o território, sendo possível conservar a biodiversidade, o manutenção de camponeses no campo e cultivar alimentos saudáveis, contribuindo para a segurança e soberania alimentar, caminho tomado pelo MST durante anos recentes e que permite construir estratégias para o campo e para a sociedade (ROSSET; MARTINEZ-TORRES, 2016; CORRÊA, 2012).

A FAO (2014), no relatório do estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil, aponta para uma diminuição da insegurança alimentar no País durante os últimos anos. O documento pontua que esse processo está vinculado à agenda adotada durante a década anterior pelo governo, que também podemos compreender através da luta do movimento ecológico. Com o tempo foram criadas estratégias de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, sendo esta responsável por mais de 70% da produção de alimentos, o que inclui a produção agrícola ecológica (FAO, 2014). As políticas públicas de fomento integraram esse processo, através de modalidades de incentivo à produção agrícola ecológica, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com os créditos do Pronaf Agroecologia.

Altieri e Toledo (2010) acentuam, nesse sentido, a importância de uma agricultura realizada mediante práticas ecológicas como forma de fomentar a agricultura local e a segurança alimentar. Para os autores, a agricultura ecológica é uma oportunidade para contornar o modelo dominante e as recorrentes crises alimentares. Nessa direção, o relatório elaborado em conjunto pela FAO, IFAD e WFP (2015) destaca que, no mundo, cerca de 795 milhões de pessoas se encontram longe de uma dieta considerada equilibrada. Podemos entender que essa tendência está vinculada ao modelo dominante adotado, o que mostra que este tem sido ineficiente no combate à fome, além de ser pouco sustentável em termos ambientais e socioeconômicos. Contudo, tal modelo ocupa grande parte da área agrícola mundial, conforme indica James (2014). No ano de 2014 foram cultivados 181,5 milhões de hectares em todo o mundo somente com *commodities* GM. Já para a agricultura ecológica, mesmo como recurso importante para a segurança alimentar, ocupa áreas menores, as quais, segundo Willer, Lernoud e Schlatter (2017), correspondem, em 2015, a 60 milhões de hectares.

Para Altieri e Toledo (2010), a agricultura ecológica, além de biodiversa e resiliente, também é social e economicamente justa, sendo um elemento importante para pensar e construir estratégias para o alcance da soberania alimentar. Contudo, é

evidente o domínio do modelo vinculado ao interesse político e econômico de agentes que representam o agronegócio, o qual fomenta o discurso da improdutividade da agricultura ecológica aliada à ideia de retrocesso das práticas tradicionais. Entretanto, conforme Altieri (2010), as menores áreas trabalhadas com práticas ecológicas demonstraram, ao longo do tempo, serem mais produtivas quando comparadas com a agricultura convencional, de forma que o impacto ambiental é menor. Gliessman (2017) aponta que, da totalidade dos cultivos alimentares, 9% é direcionada para biocombustíveis e 36% para alimento animal, e somente cerca de 55% seria disponível para o consumo humano, desconsiderando as variantes como perda no transporte ou no armazenamento. Por outro lado, o modelo dominante fornece produtos pouco nutritivos e de grande valor calórico, um elemento que motiva o aumento do índice de obesidade. Assim, é notável a formação de dois extremos, derivados de um mesmo fator (GLIESSMAN, 2017).

A agricultura ecológica torna-se, nesse sentido, um importante recurso de segurança alimentar, permitindo, por meio das práticas sustentáveis, o resgate de culturas alimentares. Embora a área cultivada ainda seja em pequena escala, houve aumento de 14,7% quando comparada de um ano a outro, 2014 e 2015, segundo Willer, Lernoud e Schlatter (2017). De acordo com Gliessman (2017), uma agricultura ecológica, por meio de estratégias bem implementadas, é instrumento para substituir o sistema dominante, caminho que necessita ser promovido para além da prática agrícola – o que constitui um grande desafio – e que muitos agentes políticos vêm tentando tomar, como o MST.

Algumas iniciativas fomentadas pelo subcampo ecológico procuram superar essas barreiras do modelo dominante. O Brasil é o terceiro país da América Latina em termos de área cultivada, em torno de 750 mil hectares por 12.655 produtores. De acordo com Willer, Lernoud e Schlatter (2017), o número, que representa somente 0,2% da área agrícola em sua totalidade no País, segue a tendência mundial. Se for considerada a área total agrícola o número é pequeno, levando em conta que a agricultura ecológica é em sua grande parte realizada por camponeses ou agricultores familiares. Os dados permitem concluir, portanto, que há concentração de terra. Assim, o fomento da agricultura ecológica depende de alterações em fatores estruturais, o que é possível mediante a construção em conjunto entre as articulações e movimentos com os governos. Somente desse modo é possível confrontar os domínios do campo agrícola e seus efeitos socioeconômicos e socioambientais para o campesinato, e a decorrente insegurança alimentar (ALTIERI, 2010). A produção ecológica, desse modo, é compreendida como estratégia fundamental na reversão do projeto político e econômico neoliberal que vem sendo construído ao longo dos anos, como forma de prover a agricultura camponesa e garantir segurança e soberania alimentar (ALTIERI; TOLEDO, 2010).

## CONCLUSÃO

A formação do subcampo ecológico na agricultura brasileira é o resultado de um processo de luta de agentes políticos. Trata-se de um caminho fomentado ao longo do tempo, como forma de enfrentamento da hegemonia do modelo agrícola e alimentar fundamentado no domínio técnico-industrial e nos interesses econômicos e políticos de alguns agentes que representam o agronegócio.

Brandenburg (2002), ao analisar a trajetória do movimento ecológico, argumenta que este surge como um contramovimento ao modelo dominante, que conduz a uma agricultura socialmente excludente e ambientalmente insustentável. A formação do subcampo está relacionada com o debate ecológico internacional daquele momento, que promove críticas àquele modelo, bem como a iniciativas para o incentivo a tecnologias alternativas e, depois, manejos ecológicos. Ao ser admitido o enfoque da agricultura ecológica por diversos agentes, abrem-se alternativas que permitem integrar outros agentes políticos ao subcampo ecológico, o que amplia o debate, que, até o momento, estava associado somente ao enfoque socioambiental. Com isso, questiona-se também a produção de alimentos e o modo como esta se relaciona com a segurança e soberania alimentar. O subcampo encontra-se, assim, em gradativa construção, incorporando novas demandas, conhecimentos e agentes políticos.

Procuramos, com o presente artigo, compreender a formação do subcampo ecológico na agricultura brasileira, que tensiona o campo agrícola através da proposição de um novo programa para a agricultura. A emergência de agentes políticos, sobretudo do movimento sem-terra, é um elemento fundamental na formação do subcampo ecológico. A partir disso, entende-se que há uma luta pela hegemonia do campo agrícola, representada, de um lado, por agentes do agronegócio, e, de outro, pelos agentes ecológicos que procuram a todo momento confrontar os discursos e as ações hegemônicas, na busca de um caminho socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável para a agricultura, como um modo de garantir a segurança e soberania alimentar.

## REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v.13, n.16, p.22-32, jan./jun. 2010.
- ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. La revolución agroecológica de América Latina: rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. **El Otro Derecho**, Bogotá, n.42, 2010.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.
- BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.6, 2002.
- BRANDENBURG, A. Os novos atores da reconstrução do ambiente rural no Brasil: o movimento ecológico na agricultura. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.126-148, 2011.
- CORRÊA, C. E. M. MST en marcha hacia la agroecología: una aproximación a la construcción histórica de la agroecología en el MST. **Master en Agroecologia**, Universidad Internacional de Andalucía, 2012.
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis-RJ, Vozes, 2000.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil**: um retrato multidimensional: relatório 2014. Brasília, 2014.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The state of food insecurity in the world**: meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2015.
- GLIESSMAN, S. R. La agroecología: un movimiento global para la seguridad y la soberanía alimentaria. In: FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Agroecología para la seguridad alimentaria y nutrición**: actas del Simposio Internacional de la FAO. Roma, 2017.
- JAMES, C. Global status of commercialized Biotech/GM Crops: 2014. **ISAAA Brief**, New York, n.49, 2014.
- LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- PICOLOTTO, E. L.; BRANDENBURG, A. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v.18, n.3, p.1-18, jul./set. 2015.
- ROSSET, P. M.; MARTINEZ-TORRES, M. E. Agroecología, territorio, recampesinización y movimientos sociales. **Estudios Sociales. Revista de Investigación Científica**, v.25, n.47, p.275-299, 2016.

TARDIN, J. M. Jornada de agroecologia: camponesas e camponeses em movimento construindo o sustento da vida e a transformação da sociedade: resumos do VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latino Americano de Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.4, n.2, 2009.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, Rio de Janeiro, v.40, n.1, p.27-55, 2006.

VALADÃO, A. C. **Transição agroecológica nos assentamentos rurais**: estratégias de resistência e produção de novidades. 216f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

VERAS, M.M. **Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul**: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática. 114f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

WEID, J. M. **A gênese do projeto tecnologias alternativas**. 2013. Disponível em: <[www.aspta.org.br](http://www.aspta.org.br)>. Acesso em: 18 ago. 2017.

WILLER, H.; LERNOUD, J.; SCHLATTER, B. Latin America and the Caribbean: current statistics. In: WILLER, H.; LERNOUD, J. (Eds.). **The world of organic agriculture statistics and emerging trend 2017**. Research Institute of Organic Agriculture (FiBL), Frick and IFOAMOrganics International, 2017.